

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Questão 1

No que se refere à independência dos notários e dos registradores no gerenciamento da serventia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A independência dos notários e registradores não tem relação com a atitude destes diante das partes que pretendem a prática de atos do serviço sob responsabilidade daqueles.
- Ⓑ A independência dos notários e registradores manifesta-se, essencialmente, no campo da interpretação jurídica, e não no campo da gestão da serventia.
- Ⓒ A competência do Poder Judiciário para fiscalizar os serviços notariais e registrais não implica o poder de dirigir de forma exhaustiva a execução desses serviços.
- Ⓓ As corregedorias de justiça devem responder a consultas genéricas sobre temas jurídicos, a fim de orientar os notários e registradores sobre a melhor forma de praticarem atos em cada situação jurídica específica de registrabilidade.
- Ⓔ Dada a independência dos delegatários de serviços notariais e registrais, a competência de fiscalização conferida ao Poder Judiciário não abrange as capacidades de inspeção e de supervisão.

Questão 2

No que se refere à assinatura eletrônica, julgue os itens a seguir.

- I Em regra, a assinatura eletrônica é obrigatória nos requerimentos de certidão de inteiro teor de registro civil.
- II A assinatura eletrônica baseada em certificado digital classifica-se legalmente como assinatura eletrônica simples.
- III A assinatura eletrônica simples é admitida nas interações de menor impacto entre o particular e o poder público e que não envolvam informações protegidas por sigilo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 3

De acordo com os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, a fusão de uma serventia vaga com outra já existente, de natureza notarial ou registral, por inviabilidade econômica de se manterem separadas, denomina-se

- Ⓐ reorganização.
- Ⓑ remembramento.
- Ⓒ desdobramento.
- Ⓓ anexação.
- Ⓔ acumulação.

Questão 4

No que se refere aos tabeliães de notas e aos serviços notariais exercidos por eles, assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei n.º 8.935/1994 e no Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (CNSNR/PE).

- Ⓐ Os tabeliães de notas podem atuar como mediadores, conciliadores e árbitros, bem como certificar, excepcionalmente, o implemento ou a frustração de condições e elementos negociais.
- Ⓑ Os serviços de notas podem funcionar em postos avançados localizados fora da comarca de delegação, desde que mediante autorização da Corregedoria-Geral de Justiça.
- Ⓒ Os tabeliães de notas são obrigados a informar ao juízo competente a existência de negociações de créditos resultantes de decisão judicial, sempre que tomarem conhecimento delas.
- Ⓓ O tabelião de notas pode receber preço de negócio, que pode ser constricto por ordem judicial decorrente de quaisquer dívidas do depositante, ainda que estas não sejam ligadas ao próprio negócio.
- Ⓔ Os tabeliães de notas podem praticar atos de seu ofício em qualquer dos municípios do estado onde haja recebido sua delegação, uma vez que esta é vinculada ao estado e não ao município.

Questão 5

A respeito das escrituras de separação e divórcio consensuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ As referidas escrituras independem de homologação judicial e são títulos hábeis para o registro civil, o registro imobiliário e a transferência de bens e direitos.
- Ⓑ Para a lavratura dessas escrituras, é necessária a intervenção de defensor público ou advogado, devendo este apresentar procuração.
- Ⓒ Se a parte não tiver condição financeira de contratar advogado para assisti-la no ato da lavratura da escritura, caberá ao tabelião indicar-lhe um de sua confiança.
- Ⓓ A existência de filho e o estado gravídico da mulher são circunstâncias que impedem a lavratura dessas escrituras.
- Ⓔ É desnecessário que as partes apresentem pacto antenupcial, se houver, para a lavratura dessas escrituras.

Questão 6

A respeito dos testamentos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O testamento vital destina-se a registrar o desejo do testador acerca da divisão de seus bens e da realização de procedimentos terapêuticos em sua pessoa.
- Ⓑ Após a morte do testador, a certidão de testamento pode ser fornecida a qualquer pessoa que apresentar a certidão de óbito do testador.
- Ⓒ Em qualquer caso, antes do falecimento do testador, a certidão de testamento somente pode ser fornecida ao próprio testador.
- Ⓓ Tabeliães e registradores deverão remeter, semestralmente, ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) a relação dos nomes constantes dos testamentos que lavrarem.
- Ⓔ O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) somente pode informar a existência de testamento mediante requisição judicial.

Questão 7

No que diz respeito à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), à Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI), ao reconhecimento de firmas e a aspectos relativos à escritura pública e certidão, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de reconhecimento de firma em transações que envolvam a transferência de automóveis, o ato cabe ao tabelião de notas do domicílio do vendedor, do comprador ou do local de emplacamento do veículo.
- Ⓑ Um dos módulos operacionais da CENSEC é responsável por reunir os dados de protestos de títulos e documentos.
- Ⓒ Qualquer pessoa pode ter acesso ao sítio eletrônico da CESDI para obter informação sobre escrituras de separação e divórcio lavradas no país.
- Ⓓ Partes assistidas por advogado constituído não podem obter gratuidade para a lavratura de certidão.
- Ⓔ Na escritura pública de inventário e partilha, é obrigatória a nomeação de interessado, com poderes de inventariante, para representar o espólio, devendo seguir a ordem de legitimados ao inventário prevista no Código de Processo Civil (CPC).

Questão 8

De acordo com o Provimento n.º 11/2023 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco (CGJ/PE), qualquer documento representativo de dívida pode ser levado a protesto para

- I prova da inadimplência de um devedor.
- II fixação do termo inicial da mora, quando se tratar de obrigação vencida.
- III interrupção do curso do prazo prescricional.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 9

De acordo com o Provimento n.º 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes da expedição do edital de intimação de um devedor, o tabelião de protesto poderá buscar outros endereços

- I em sua base de dados.
- II nos endereços em que outros tabeliões tenham realizado a intimação, independente se na mesma base da sua competência territorial.
- III nos endereços eletrônicos a serem compartilhados por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliões de Protesto (CENPROT).
- IV nas bases de dados da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Justiça Eleitoral.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 10

De acordo com o Provimento n.º 50/2015 do CNJ, o oficial de registro de imóveis, antes de descartar um documento cujo prazo de temporalidade, conforme tabela de temporalidade de documentos, tenha sido ultrapassado deverá

- Ⓐ desfigurá-lo, evitando a posterior recuperação das informações nele contidas.
- Ⓑ comunicar o descarte à Corregedoria-Geral do Tribunal.
- Ⓒ identificar, no próprio documento, a sua origem.
- Ⓓ registrá-lo, possibilitando a posterior recuperação das informações nele contidas.
- Ⓔ armazená-lo em meio magnético.

Questão 11

No que se refere ao georreferenciamento de imóveis rurais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O requerimento de sua averbação dispensa que o interessado apresente a planta do imóvel rural e o memorial da matrícula.
- Ⓑ A averbação do georreferenciamento é feita em cada matrícula, mesmo que mais de uma matrícula tenha sido, ao mesmo tempo, certificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- Ⓒ A averbação do georreferenciamento é um ato sem conteúdo econômico.
- Ⓓ A averbação do georreferenciamento dispensa o número da certificação expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- Ⓔ Após a averbação do georreferenciamento, a matrícula do imóvel rural será mantida.

Questão 12

A luz do Código Civil, são considerados bens imóveis, para efeitos legais,

- Ⓐ as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- Ⓑ os materiais provisoriamente separados de um prédio, mesmo que nele não sejam reempregados.
- Ⓒ os materiais destinados a uma construção, mas ainda não empregados nela.
- Ⓓ as ações que asseguram direitos pessoais sobre imóveis.
- Ⓔ os direitos pessoais de caráter patrimonial.

Questão 13

De acordo com a Lei n.º 6.015/1973, no Registro de Imóveis, além da matrícula do imóvel, será feita a averbação

- Ⓐ da extinção dos ônus, por cancelamento.
- Ⓑ da instituição de bem de família.
- Ⓒ das hipotecas legais, judiciais e convencionais.
- Ⓓ dos arrestos de imóveis.
- Ⓔ das penhoras de imóveis.

Questão 14

Conforme a Resolução n.º 155/2012 do CNJ, os assentos de casamento de brasileiros lavrados por autoridade estrangeira competente e que não tenham sido previamente registrados em repartição consular brasileira somente poderão ser trasladados no Brasil se estiverem legalizados. Acerca dessa legalização, é correto afirmar que

- A consiste na autenticação do documento expedido por notário estrangeiro competente que o tenha assinado.
- B é exigido o reconhecimento, no Brasil, da assinatura da autoridade consular brasileira aposta no documento.
- C pode ser realizada, excepcionalmente, por notário estrangeiro credenciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- D deve ser realizada, em regra, por autoridade consular brasileira que tenha jurisdição sobre o local em que os assentos tenham sido emitidos.
- E exige que os documentos sejam previamente traduzidos por tradutor público juramentado, inscrito no órgão consular brasileiro.

Questão 15

Compete à Central do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (Central RTDPJ Brasil) realizar atividades necessárias à prestação eletrônica dos serviços, tais como

- I o intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações entre os escritórios de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas, o Poder Judiciário, a administração pública e o público em geral.
- II a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico.
- III a formação, nos cartórios competentes, de repositórios registrares em formato físico (papel).
- IV a recepção de títulos em formato físico (papel) para fins de inserção no próprio sistema, com o objetivo de enviá-los para o registro em cartório de outra comarca.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 16

Extrapola a competência do Registro Civil de Pessoa Jurídica realizar o registro de

- A sociedades em comandita simples.
- B partidos políticos.
- C associações e de fundações de direito privado.
- D cooperativas.
- E organizações religiosas.

Questão 17

De acordo com o Provimento n.º 11/2023 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco (CGJ/PE), relativamente aos documentos extraídos de páginas ou publicações *online*, é correto afirmar que o Registro de Títulos e Documentos

- A somente pode registrá-los com a expressa autorização dos responsáveis pelos documentos.
- B não pode registrá-los.
- C pode registrá-los, mas o registro servirá apenas para a conservação, não sendo útil para fins de autenticação de data.
- D pode registrá-los, caso em que o interessado pode requerer ao registrador a extração do conteúdo diretamente da página eletrônica informada.
- E pode registrá-los, mas o registro servirá apenas para a conservação, não sendo útil para fins de produção de prova.

Questão 18

Com base no disposto no Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Pernambuco, assinale a opção correta.

- A O requerimento para a averbação da constituição do regime de patrimônio de afetação a ser apresentado no escritório de registro de imóveis pode ser realizado por meio de instrumento particular.
- B Os notários e registradores estão sujeitos a estágio probatório, passando a exercer a função pública em caráter definitivo após dois anos a partir da investidura na serventia correspondente ao ato de delegação.
- C O delegatário titular da serventia deve comunicar à Corregedoria-Geral da Justiça a contratação de pessoas sob vínculos intermitente, temporário ou de prestação de serviços terceirizados.
- D É vedada a adoção do regime de teletrabalho nas serventias notariais e registrares.
- E As serventias extrajudiciais, observados os limites previstos na lei, poderão cobrar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.

Questão 19

Em relação a matrícula e registro de imóveis rurais de acordo com o disposto na Lei n.º 6.739/1979, o STF firmou entendimento de que

- A a norma legal em pauta, no que atribui ao corregedor-geral da justiça, no âmbito administrativo, a prerrogativa de cancelar a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, sem oitiva prévia dos interessados diretos, é recepcionada pela CF, devendo o ato de cancelamento estar baseado em indícios de irregularidade do título de propriedade.
- B a norma legal em apreço, no que atribui ao corregedor-geral da justiça, no âmbito administrativo, a prerrogativa de cancelar a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, após a oitiva dos interessados diretos, é recepcionada pela CF, devendo o ato de cancelamento estar baseado em indícios de irregularidade do título de propriedade.
- C a norma legal em questão, no que atribui ao corregedor-geral da justiça, no âmbito administrativo, a prerrogativa de declarar a inexistência e cancelar a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, sem oitiva prévia dos interessados diretos, não é recepcionada pela CF, por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- D a norma legal em tela, no que atribui ao corregedor-geral da justiça, no âmbito administrativo, a prerrogativa de cancelar a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, sem oitiva prévia dos interessados diretos, é recepcionada pela CF, devendo o ato de cancelamento estar baseado em provas irrefutáveis.
- E a norma legal em comento, no que atribui ao corregedor-geral da Justiça, no âmbito administrativo, a prerrogativa de declarar a inexistência e cancelar a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, após a oitiva dos interessados diretos, não é recepcionada pela CF, uma vez que a competência para promover atos de regularização de registro imobiliário está sujeita à reserva de jurisdição.

Questão 20

No que concerne ao traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior, assinale a opção correta com base na Resolução n.º 155/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- A** O indeferimento do traslado pelo oficial de registro civil prescinde da exposição dos motivos que levaram à negativa do pleito.
- B** O traslado de assento de nascimento, lavrado por autoridade consular brasileira, prescinde de declaração de domicílio ou comprovante de residência/domicílio do registrando.
- C** A omissão do regime de bens no assento de casamento lavrado por autoridade consular brasileira ou autoridade estrangeira competente obsta o traslado de casamento.
- D** Os dados faltantes relativos ao traslado de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro poderão ser inseridos, posteriormente, por averbação, desde que mediante autorização judicial.
- E** O assento de nascimento lavrado em país estrangeiro demanda, antes de ser trasladado, a tradução por tradutor público juramentado, inscrito em junta comercial brasileira.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 21**

Segundo o art. 5.º, VIII, da Constituição Federal de 1988 (CF), “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”. De acordo com a classificação doutrinária tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, tal norma é de eficácia

- A** programática.
- B** direta e integral.
- C** plena.
- D** contida.
- E** limitada.

Questão 22

A mutação constitucional caracteriza o denominado poder constituinte

- A** revisor.
- B** decorrente.
- C** originário.
- D** difuso.
- E** reformador.

Questão 23

Os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei somente pelo voto

- A** da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- B** de um terço de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- C** de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- D** da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- E** de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

Questão 24

Julgue os seguintes itens, com base no entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I** Cabe reclamação constitucional quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão da suprema corte.
- II** Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- III** Desmembramento de serventia de justiça não viola o princípio de vitaliciedade do serventuário.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 25

Acerca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os próximos itens.

- I** O CNJ é órgão do Poder Judiciário com sede na Capital federal.
- II** O CNJ compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, proibida a recondução.
- III** Compete ao CNJ conhecer das reclamações contra prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público, podendo determinar a remoção ou a disponibilidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 26

Segundo a Constituição do Estado de Pernambuco, compete ao Tribunal de Justiça de Pernambucano processar e julgar originariamente

- A** a execução de sentença proferida nas causas de sua competência originária, vedada a delegação de atos do processo a juiz de primeiro grau.
- B** os deputados estaduais nos crimes comuns e de responsabilidade.
- C** a representação para a garantia do livre exercício do Poder Judiciário estadual, quando este estiver impedido, encaminhando-se a requisição ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para fins de intervenção da União.
- D** os conflitos de competência entre órgãos da justiça estadual, exceto entre órgãos do próprio tribunal.
- E** os mandados de segurança contra atos do chefe da polícia civil.

Questão 27

Julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na CF sobre a organização político-administrativa.

- I Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre custas dos serviços forenses.
- II Compete privativamente à União legislar sobre propaganda comercial.
- III Compete exclusivamente à União conceder anistia.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 28

Segundo o texto constitucional, é cargo privativo de brasileiro nato o de

- A ministro do STJ.
- B senador da República.
- C governador de estado.
- D procurador-geral da República.
- E ministro de Estado da Defesa.

Questão 29

A apreciação dos atos de concessão de emissoras de rádio e televisão é de competência

- A exclusiva da Câmara dos Deputados.
- B exclusiva do Congresso Nacional.
- C privativa da Câmara dos Deputados.
- D privativa do Presidente da República.
- E exclusiva do Senado Federal.

Questão 30

Segundo o texto constitucional, a celebração de tratados internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional, é de competência

- A exclusiva do presidente da República, podendo haver delegação a ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.
- B exclusiva do presidente da República, podendo haver delegação apenas para o ministro de Relações Exteriores.
- C privativa do presidente da República, não podendo haver delegação.
- D privativa do presidente da República, podendo haver delegação apenas para o ministro de Relações Exteriores.
- E privativa do presidente da República, podendo haver delegação aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 31**

Com o objetivo de proteger a saúde das pessoas um servidor público, no exercício de suas atribuições, apreendeu medicamentos vencidos.

Nessa situação hipotética, o requisito do ato administrativo que resultou na proteção da saúde das pessoas é

- A o objeto.
- B o motivo.
- C a competência.
- D a forma.
- E a finalidade.

Questão 32

Julgue os seguintes itens, de acordo com o entendimento sumulado do STJ.

- I Incluem-se entre os imóveis funcionais que podem ser vendidos os administrados pelas Forças Armadas e ocupados por servidores civis.
- II É legítima a exigência de depósito prévio para a admissibilidade de recurso administrativo.
- III Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha não são oponíveis à União.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 33

A possibilidade de encampação da concessão de serviço público decorre do princípio administrativo da

- A continuidade do serviço público.
- B motivação.
- C legalidade.
- D presunção de legitimidade.
- E impessoalidade.

Questão 34

Julgue os itens que se seguem, com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do processo administrativo disciplinar.

- I Não é permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar.
- II O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.
- III É proibida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 35

Em relação ao processo administrativo no âmbito da administração pública do estado de Pernambuco, é correto afirmar que o recurso administrativo deve ser dirigido à autoridade

- A que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, deverá encaminhá-lo à autoridade superior.
- B que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, deverá encaminhá-lo à autoridade superior.
- C hierarquicamente superior à que proferiu a decisão, devendo aquela julgar o recurso no prazo máximo de dez dias.
- D hierarquicamente superior à que proferiu a decisão, devendo aquela julgar o recurso no prazo máximo de vinte dias.
- E hierarquicamente superior à que proferiu a decisão, devendo aquela julgar o recurso no prazo máximo de trinta dias.

Questão 36

No que se refere à responsabilidade civil do Estado pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, é correto afirmar que o Estado

- A responde objetivamente pelos danos, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- B não responde diretamente pelos danos.
- C responde subjetivamente pelos danos, não havendo dever de regresso.
- D responde objetivamente pelos danos, não havendo dever de regresso.
- E responde subjetivamente pelos danos, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

Questão 37

A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou a entidade da administração indireta denomina-se

- A organização da sociedade civil de interesse público.
- B empresa pública.
- C organização social.
- D sociedade de economia mista.
- E serviço social autônomo.

Questão 38

Um servidor público descumpriu norma relativa à celebração de parceria firmada pela administração pública com entidade privada.

Nessa situação, no que diz respeito à improbidade administrativa, o referido servidor

- A não praticou ato de improbidade, porquanto se trata de ato omissivo.
- B não praticou ato de improbidade, porquanto a conduta do servidor não está prevista nas hipóteses previstas na lei.
- C praticou ato de improbidade que causa lesão ao erário.
- D praticou ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- E praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

Questão 39

O cumprimento das normas e condições do edital de licitação, instrumento ao qual estão estritamente subordinados a administração e os licitantes, deve-se à observância do princípio

- A da vinculação ao instrumento convocatório.
- B da adjudicação compulsória.
- C da igualdade.
- D da moralidade.
- E do julgamento objetivo.

Questão 40

O fato de os bens públicos não poderem ser adquiridos por usucapião caracteriza a sua

- A inalienabilidade absoluta.
- B impenhorabilidade.
- C inalienabilidade relativa.
- D imprescritibilidade.
- E não onerabilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 41**

Assinale a opção correta a respeito de competência tributária.

- A Os municípios detêm poder constitucional para instituir contribuições sociais, de melhoria, de intervenção no poder econômico e para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- B Os estados detêm poder constitucional para instituir empréstimos compulsórios e contribuições sociais, de melhoria, e para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- C A União detém poder constitucional para instituir, além de seus impostos, empréstimos compulsórios, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, taxas e contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- D Os estados detêm poder constitucional para instituir, além de seus impostos, contribuições sociais, taxas e contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- E Os municípios detêm poder constitucional para instituir, além de seus impostos, contribuições sociais, taxas e contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e contribuições de melhoria.

Questão 42

Assinale a opção correta acerca da prescrição e da decadência tributária, consoante posicionamento do STF.

- A A definição do instrumento legal relativo a prescrição e decadência – lei complementar ou lei ordinária – depende da espécie tributária.
- B A normatização tanto da decadência quanto da prescrição somente pode ser instrumentalizada por meio de lei complementar.
- C O regramento tanto da decadência quanto da prescrição pode ser instrumentalizado por meio de lei complementar ou lei ordinária.
- D O regramento relativo à decadência somente pode ser instrumentalizado por meio de lei complementar, ao passo que o da prescrição pode ser feito por lei ordinária.
- E A normatização da prescrição somente pode ser instrumentalizada por meio de lei complementar, ao passo que a da decadência pode ser feita por lei ordinária.

Questão 43

A declaração de operações imobiliárias (DOI), criada para o acompanhamento das operações de transmissão de imóveis, deve ser expedida pelas serventias

- Ⓐ de registro de imóveis, apenas.
- Ⓑ de notas e de registro de imóveis, títulos e documentos.
- Ⓒ de notas e de registro de imóveis, apenas.
- Ⓓ de registro de imóveis, títulos e documentos, apenas.
- Ⓔ de notas, apenas.

Questão 44

A CF prevê expressamente a progressividade das alíquotas para

- Ⓐ a contribuição social para custeio de regime de previdência social de servidores públicos.
- Ⓑ o imposto sobre a importação.
- Ⓒ o imposto sobre grandes fortunas.
- Ⓓ a contribuição social sobre o lucro líquido.
- Ⓔ o imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Questão 45

De acordo com o Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrars do Estado de Pernambuco, no exercício, pelos notários e registradores, de seu dever de fiscalizar a regularidade de pagamento dos tributos incidentes nos atos notariais e de registro, será oficiado o Ministério Público sempre que houver prática de fato que enseje responsabilidade criminal diante da falta ou insuficiência de recolhimento

- Ⓐ da taxa sobre serviços notariais ou de registro (TSNR) e do imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis (ITBI).
- Ⓑ do imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis (ITBI) e do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doações (ITCMD).
- Ⓒ da taxa sobre serviços notariais ou de registro (TSNR) e do imposto de renda sobre ganho de capital.
- Ⓓ da contribuição para o fundo especial de segurança dos magistrados (FUNSEG) e do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doações (ITCMD).
- Ⓔ da taxa sobre serviços notariais ou de registro (TSNR) e da contribuição para o fundo especial de segurança dos magistrados (FUNSEG).

Questão 46

Segundo a Lei n.º 8.212/1991, considera-se empresa “a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional”, equiparando-se a ela

- I os contribuintes individuais na condição de proprietários de obra de construção civil, em relação a segurado que lhes presta serviço;
- II o empregador doméstico;
- III as pessoas físicas na condição de donos de obra de construção civil, em relação a segurado que lhes presta serviço;
- IV as cooperativas;
- V as associações.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II, III e IV.
- Ⓑ I, II, III e V.
- Ⓒ I, II, IV e V.
- Ⓓ I, III, IV e V.
- Ⓔ II, III, IV e V.

Questão 47

Em conformidade com a tabela de cálculo das custas de emolumentos de serventias extrajudiciais do estado de Pernambuco, podem servir de parâmetro de cálculo das custas de escrituras

- Ⓐ o valor da avaliação judicial e o divulgado em anúncio publicitário.
- Ⓑ o valor do laudo de avaliação de corretor imobiliário e o da avaliação judicial.
- Ⓒ o valor do laudo de avaliação de corretor imobiliário e o declarado pelas partes.
- Ⓓ o valor da avaliação judicial ou fiscal e o declarado pelas partes.
- Ⓔ o valor do laudo de avaliação da Caixa Econômica Federal e o da avaliação judicial.

Questão 48

Conforme posicionamento em recurso repetitivo julgado pelo STJ, relativamente a tributo estadual sujeito a lançamento por homologação, como o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), a denúncia espontânea

- Ⓐ estará caracterizada nos casos de tributos declarados, porém não pagos a tempo pelo contribuinte.
- Ⓑ não estará caracterizada nos casos de tributos declarados, porém pagos em dia pelo contribuinte, ainda que o pagamento seja integral.
- Ⓒ estará caracterizada nos casos de tributos declarados, porém pagos a destempo pelo contribuinte, desde que o pagamento seja integral.
- Ⓓ não estará caracterizada nos casos de tributos declarados, porém pagos a destempo pelo contribuinte, ainda que o pagamento seja integral.
- Ⓔ estará caracterizada nos casos de tributos declarados, porém pagos em dia pelo contribuinte, ainda que o pagamento seja parcial.

Questão 49

Consoante entendimento do STF em repercussão geral acerca da incidência da contribuição previdenciária patronal sobre os pagamentos de um terço sobre as férias estabelecido pela CF, é correto afirmar que tal contribuição incide

- Ⓐ sobre as férias indenizadas apenas quando o empregador for empresa privada.
- Ⓑ tanto sobre as férias gozadas quanto sobre as indenizadas.
- Ⓒ sobre as férias gozadas apenas quando o empregador for empresa privada.
- Ⓓ sobre as férias gozadas, mas não sobre as indenizadas.
- Ⓔ sobre as férias indenizadas, mas não sobre as gozadas.

Questão 50

De acordo com a Lei Complementar n.º 116/2003, cabe ao município em que esteja sediada a empresa cobrar imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), quando se tratar de serviços

- Ⓐ de conservação de vias e logradouros públicos.
- Ⓑ de instalação de andaimes.
- Ⓒ de execução de obra.
- Ⓓ de engenharia.
- Ⓔ de execução de limpeza de imóveis e piscinas.

DIREITO CIVIL**Questão 51**

João faleceu e deixou patrimônio no valor de um milhão de reais. Ao tempo do seu óbito, em janeiro de 2024, estavam vivos os seguintes descendentes de João: seus filhos Pedro e Marcos; sua neta, Cleide; e seus bisnetos, Marcelo e Milena. Cleide é filha de Antônio, falecido em 2020, e Marcelo e Milena são filhos de Priscila, morta em 2022, que, por sua vez, era filha de Antônio.

Nessa situação hipotética, em conformidade com o Código Civil, serão contemplados na sucessão de João

- Ⓐ Pedro, Marcos, Cleide, Marcelo e Milena, cabendo a cada um dos dois primeiros um terço da herança, à terceira um sexto da herança e às duas últimas um doze avos da herança.
- Ⓑ Pedro, Marcos, Cleide e Priscila, cabendo a cada um dos dois primeiros um terço da herança e a cada uma das duas últimas um sexto da herança.
- Ⓒ apenas Pedro e Marcos, cabendo a cada um deles metade da herança.
- Ⓓ apenas Pedro, Marcos e Antônio, cabendo a cada um deles um terço da herança.
- Ⓔ apenas Pedro, Marcos e Cleide, cabendo a cada um deles um terço da herança.

Questão 52

Determinado testamento particular foi assinado pelo testador e pelas testemunhas em momentos e locais distintos, tendo sido confeccionado segundo a livre manifestação de vontade do testador, que gozava de pleno discernimento.

Em face de casos como o descrito nessa situação hipotética, o STJ tem considerado o testamento

- Ⓐ válido, por se limitar a vícios puramente formais, relacionados a aspectos internos, não havendo comprometimento do conteúdo do testamento particular.
- Ⓑ nulo, ante a presença de vícios formais, não sendo possível haver seu aproveitamento.
- Ⓒ anulável, ante a presença de vícios formais, podendo ser aproveitado caso não haja impugnação no prazo decadencial.
- Ⓓ válido, por se limitar a vícios puramente formais, relacionados a aspectos externos, não havendo comprometimento do conteúdo do testamento particular.
- Ⓔ anulável, ante a presença de vícios formais, podendo ser aproveitado caso não haja impugnação no prazo prescricional.

Questão 53

Após o reconhecimento da paternidade, o pai propôs ao filho reconhecido pagar-lhe uma indenização desde que este aceitasse ser excluído da condição de herdeiro, de modo a não participar da futura sucessão do ascendente quando esta for aberta. O negócio deveria ser formalizado por meio de uma renúncia antecipada quanto ao quinhão hereditário que o filho reconhecido teria direito na sucessão futura. Aceita a proposta, houve a homologação judicial da transação formalizada pelas partes.

Nessa situação hipotética, de acordo com entendimento do STJ, a referida transação é

- Ⓐ válida, pois, ainda que diga respeito a direito indisponível, a homologação judicial impede o reconhecimento do vício.
- Ⓑ ineficaz, pois herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.
- Ⓒ válida, pois diz respeito a direito disponível.
- Ⓓ nula, pois herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.
- Ⓔ anulável, pois herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.

Questão 54

Assinale a opção correta acerca da revogação do testamento, conforme entendimento do STJ.

- Ⓐ Não se admite revogação tácita.
- Ⓑ Não se admite revogação parcial.
- Ⓒ Dá-se a revogação tácita quando houver evidente inconsistência, decorrente de incompatibilidade de conteúdo, entre um novo testamento e o testamento anterior.
- Ⓓ A revogação exige a presença de cláusula específica e expressa no novo testamento, dispondo acerca de determinado conteúdo igualmente previsto em testamento anterior.
- Ⓔ A revogação parcial é presumida, razão por que não precisa constar do testamento cláusula revogatória expressa.

Questão 55

No que se refere à doação inoficiosa, assinale a opção correta conforme o entendimento do STJ.

- Ⓐ O termo inicial da contagem do prazo decadencial da mencionada doação dá-se a partir da data do negócio jurídico impugnado.
- Ⓑ O termo inicial da contagem do prazo prescricional da doação inoficiosa dá-se a partir da data do negócio jurídico impugnado.
- Ⓒ A referida doação não se submete à contagem de prazo prescricional ou decadencial.
- Ⓓ O termo inicial da contagem do prazo decadencial dessa doação dá-se a partir da data da abertura da sucessão.
- Ⓔ O termo inicial da contagem do prazo prescricional da doação em questão dá-se a partir da data da abertura da sucessão.

Questão 56

Segundo entendimento do STJ, o reconhecimento da renúncia da herança deve-se dar de modo expresso e

- Ⓐ solene, sendo necessária a adoção da forma de escritura pública ou termo judicial, sob pena de nulidade.
- Ⓑ pode ser realizada por meio de instrumento particular, dada a inexistência de prescrição legal quanto à forma a ser adotada.
- Ⓒ solene, sendo necessária a forma de escritura pública, sob pena de anulabilidade.
- Ⓓ solene, havendo necessidade de se adotar a forma do termo judicial, sob pena de nulidade.
- Ⓔ solene, havendo necessidade de se adotar a forma do termo judicial, sob pena de anulabilidade.

Questão 57

De acordo com o STJ, na hipótese de o contrato escrito convivencial de união estável deixar de dispor sobre o regime de bens, aplica-se o regime da

- Ⓐ comunhão parcial de bens.
- Ⓑ separação obrigatória de bens.
- Ⓒ separação convencional de bens.
- Ⓓ participação final dos aquestos.
- Ⓔ comunhão universal de bens.

Questão 58

Conforme recente entendimento do STF, o regime legal obrigatório da separação de bens nos casamentos e uniões estáveis com pessoa maior de setenta anos é

- A** inconstitucional, não podendo vigorar por ofender o princípio da dignidade da pessoa humana ao tratar idosos como instrumentos para a satisfação do interesse patrimonial dos herdeiros.
- B** constitucional, podendo ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes mediante contrato particular.
- C** inconstitucional, não podendo vigorar por ofender o princípio da autonomia individual ao impedir que pessoas capazes para praticar atos da vida civil façam suas escolhas existenciais livremente.
- D** inconstitucional, não podendo vigorar por ofender o princípio da igualdade ao utilizar a idade como elemento de desequiparação entre as pessoas.
- E** constitucional, podendo ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes mediante escritura pública.

Questão 59

Segundo o STJ, o ato de disposição da meação da viúva em favor dos herdeiros deve ser feito por meio de

- A** instrumento público ou termo judicial, por consistir em verdadeira doação.
- B** instrumento público, apenas, por se configurar como verdadeira doação.
- C** instrumento público ou termo judicial, por consistir em renúncia à herança.
- D** instrumento público ou particular, por se configurar como verdadeira doação.
- E** instrumento público ou particular, por se configurar como renúncia à herança.

Questão 60

De acordo com o disposto no Código Civil, “o proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha”. O entendimento do STJ em relação a esse dispositivo é o de que, nas relações de vizinhança, vigora o princípio da responsabilidade

- A** objetiva, havendo o dever de indenizar ou compensar se provados a conduta, o dano e o nexo causal.
- B** subjetiva, havendo o dever de indenizar ou compensar se provados a conduta, a culpa ou o dolo, o dano e o nexo causal.
- C** subjetiva, havendo o dever de indenizar ou compensar se provados a conduta, o dolo, o dano e o nexo causal.
- D** objetiva fundado na teoria do risco integral, havendo o dever de indenizar ou compensar se provados a conduta e o dano, independentemente de haver nexo causal entre eles.
- E** subjetiva, havendo o dever de indenizar ou compensar se provados a conduta, a culpa, o dano e o nexo causal.

Questão 61

Segundo o STJ, na hipótese de dissolução da união estável, os valores do FGTS

- A** não devem ser partilhados por se tratar de bem particular do empregado em favor do qual foi depositado.
- B** devem ser partilhados ainda que auferidos antes da constância da união estável e o saque desses valores não seja realizado imediatamente à separação do casal.
- C** devem ser partilhados desde que auferidos durante a constância da união estável, ainda que o saque desses valores não seja realizado imediatamente à separação do casal.
- D** devem ser partilhados desde que auferidos durante a constância da união estável e se o saque desses valores seja realizado imediatamente à separação do casal.
- E** devem ser partilhados ainda que auferidos antes da constância da união estável, mas desde que o saque desses valores seja realizado imediatamente à separação do casal.

Questão 62

Em face da hipótese de prestação de alimentos a título de responsabilidade civil em razão da morte de recém-nascido, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STJ.

- A** É indevido o pensionamento, pois exige-se a demonstração da efetiva dependência econômica dos pais em relação à vítima ao tempo do óbito.
- B** É indevido o pensionamento, pois, ainda que vigore a presunção de ajuda mútua entre os membros de famílias de baixa renda, deve ser comprovado que a vítima exercia atividade laborativa remunerada ao tempo do óbito.
- C** É devido o pensionamento, a partir do momento em que a vítima completaria dezoito anos, ante a presunção de auxílio econômico futuro e de dependência econômica entre os seus membros da família, independentemente da condição econômica por eles vivenciada.
- D** É devido o pensionamento, a partir do momento em que a vítima completaria quatorze anos, ante a presunção relativa de auxílio econômico futuro e de dependência econômica entre os seus membros da família, caso em que se exige o enquadramento da condição econômica como sendo de baixa renda.
- E** É viável a substituição da indenização dos danos materiais, sob a forma de pensão mensal, por um único pagamento de quantia estipulada pelo juiz.

Questão 63

Segundo disposto no Código Civil, o cancelamento de registro na matrícula do imóvel, em razão de ter sido fundado em escritura pública inexistente, autoriza a reivindicação do imóvel pelo legítimo proprietário em detrimento do terceiro adquirente

- A** desde que seja comprovada a má-fé do terceiro adquirente, sendo irrelevante se a aquisição se deu a título gratuito ou oneroso.
- B** desde que seja comprovada a má-fé do terceiro adquirente e que a essa aquisição tenha sido a título gratuito.
- C** independentemente da boa-fé, mas desde que se comprove que a aquisição tenha sido a título gratuito.
- D** independentemente da boa-fé ou do título do terceiro adquirente.
- E** desde que seja comprovada a má-fé do terceiro adquirente e que essa aquisição sido a título oneroso.

Questão 64

De acordo com o disposto no Código Civil e o entendimento do STJ, a vaga de garagem do condomínio edilício com matrícula própria em registro público

- A** não pode ser alienada para terceiro estranho ao condomínio sem autorização expressa na convenção condominial.
- B** não pode ser alienada para terceiro estranho ao condomínio por ser propriedade comum dos condôminos.
- C** não pode ser alienada a condômino ou para terceiro estranho ao condomínio sem prévia autorização, que deve ser deliberada em assembleia condominial.
- D** pode ser alienada para terceiro estranho ao condomínio, independentemente de autorização expressa na convenção condominial, quando decorrer de alienação judicial por hasta pública.
- E** pode ser alienada para terceiro estranho ao condomínio, independentemente de autorização expressa na convenção condominial, por ser propriedade exclusiva de condômino.

Questão 65

Decretado o divórcio sem a realização da partilha dos bens comuns, subsiste um acervo patrimonial indiviso. De acordo com entendimento do STJ, o direito à partilha

- A** prescreve em dez anos a contar da separação de fato do casal.
- B** decai em quatro anos a contar da separação de fato do casal.
- C** prescreve em dez anos a contar do trânsito em julgado da ação de divórcio.
- D** decai em quatro anos a contar do trânsito em julgado da ação de divórcio.
- E** não se sujeita a prazos extintivos de prescrição ou decadência.

Questão 66

Considerada a hipótese de um dos herdeiros propor ação de usucapião objetivando usucapir imóvel objeto de herança, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STJ.

- A** É viável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros desde que o proponente exerça a posse do bem de modo exclusivo, de forma ininterrupta e sem oposição pelo prazo de quinze anos.
- B** É viável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros desde que o proponente exerça a posse do bem, de modo exclusivo ou não, mas de forma ininterrupta e sem oposição pelo prazo de quinze anos.
- C** É inviável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros pois, a partir da abertura da sucessão, cria-se um condomínio *pro indiviso* sobre o acervo hereditário que perdura até a partilha da herança.
- D** É viável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros desde que o proponente exerça a posse do bem, de modo exclusivo ou não, mas de forma ininterrupta e sem oposição pelo prazo de dez anos.
- E** É viável o pedido de usucapião em desfavor dos demais herdeiros desde que o proponente exerça a posse do bem de modo exclusivo, de forma ininterrupta e sem oposição pelo prazo de dez anos.

Questão 67

De acordo com o entendimento do STJ, o direito de postular a anulação de negócio jurídico simulado

- A** submete-se ao prazo decadencial de dois anos, contado a partir da data da sua celebração.
- B** é insuscetível de prescrição ou decadência por ser causa de nulidade relativa do negócio jurídico.
- C** submete-se ao prazo decadencial de quatro anos, contado a partir da data da sua celebração.
- D** é insuscetível de prescrição ou decadência por ser causa de nulidade absoluta do negócio jurídico.
- E** submete-se ao prazo prescricional de dez anos, contado a partir da data da sua celebração.

Questão 68

De acordo com o disposto no Código Civil, o usufruto de imóveis, quando não resultar de usucapião, será constituído mediante registro no cartório de registro de imóveis. Considerada a hipótese de o usufruto ser instituído por testamento lavrado em escritura pública perante tabelião de notas, mas não vir a ser objeto de registro, é correto afirmar que, em relação à usufrutuária e à nua-proprietária, o negócio jurídico é, conforme o entendimento do STJ,

- A** existente, válido e eficaz.
- B** inexistente.
- C** nulo.
- D** existente, válido, mas ineficaz.
- E** anulável.

Questão 69

Consoante entendimento do STJ, a cláusula de renúncia às benfeitorias constante em contrato de locação é

- A** anulável, por expressa previsão legal, e, por analogia, entende-se proibido que se convencie a renúncia quanto à acessão.
- B** nula, por expressa previsão legal, e, por analogia, entende-se proibido que se convencie a renúncia quanto à acessão.
- C** válida e pode ser interpretada extensivamente para abranger a acessão.
- D** válida, mas não pode ser interpretada extensivamente para abranger a acessão.
- E** nula, por expressa previsão legal, admitindo-se que se convencie a renúncia quanto à acessão por inexistir qualquer vedação em lei.

Questão 70

Com base no disposto no Código Civil e no entendimento do STJ, assinale a opção em que é apresentada a condição para a instauração do procedimento que objetiva a desconsideração da pessoa jurídica.

- A** abuso de direito caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial
- B** inexistência de bens da pessoa jurídica
- C** não localização do sócio-administrador
- D** não localização de bens da pessoa jurídica
- E** encerramento irregular da sociedade empresária

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 71**

Com base nas normas fundamentais do processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ No curso do processo judicial, a conciliação deverá ser estimulada pelo magistrado e membro do Ministério Público, ao passo que a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por advogados e defensores públicos.
- Ⓑ Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- Ⓒ O princípio da boa-fé deve ser observado somente pelas partes integrantes da relação jurídica processual.
- Ⓓ É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- Ⓔ O juiz não pode decidir, em nenhum grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Questão 72

Assinale a opção correta acerca da sentença, formação da coisa julgada e liquidação da sentença, conforme o disposto no CPC.

- Ⓐ Publicada a sentença que condena ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à liquidação por arbitramento, quando determinado pela sentença ou exigido pela natureza do objeto da liquidação, não sendo possível a convenção entre as partes.
- Ⓑ Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação, podendo o pedido de desistência ser apresentado até que seja proferido o acórdão perante o juízo de segundo grau.
- Ⓒ O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação, entretanto, na hipótese de extinção do processo por ausência de legitimidade ou de interesse processual, não será possível a propositura de nova demanda.
- Ⓓ Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- Ⓔ Publicada a sentença, não será cabível a alteração nos elementos que compõem a decisão.

Questão 73

Com base no CPC, assinale a opção correta em relação aos requisitos necessários para o processo de execução.

- Ⓐ Se o devedor não for obrigado a satisfazer sua prestação senão mediante a contraprestação do credor, deverá o executado provar que a adimpliu quando da apresentação dos embargos do devedor.
- Ⓑ A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados não se caracteriza como título executivo extrajudicial.
- Ⓒ Segundo o princípio da *nulla executio sine titulo*, adotado no CPC, o título executivo, cuja criação deve observar o princípio da legalidade, é indispensável à propositura da ação executiva, cabendo à lei atribuir força executiva à criação dos títulos executivos extrajudiciais.
- Ⓓ Em razão dos princípios da celeridade e da economia processual, a existência de um título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento para a cobrança do seu crédito.
- Ⓔ A execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação líquida e exigível prevista em título executivo, e a necessidade de realização de operações aritméticas complexas para apurar o crédito exequendo não retira a liquidez da obrigação constante do título.

Questão 74

Considerando as disposições do CPC que regem o inventário e partilha e o procedimento de jurisdição voluntária, assinale a opção correta.

- Ⓐ O pedido de alvará judicial deve ser feito no âmbito do processo judicial de inventário.
- Ⓑ Dada a omissão do CPC no que diz respeito ao recurso cabível em face da sentença que decidir o procedimento de jurisdição voluntária, a doutrina majoritária tem defendido a utilização do recurso de agravo de instrumento.
- Ⓒ É possível a realização de inventário extrajudicial se todos os herdeiros forem capazes e concordes, podendo o inventário e a partilha ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.
- Ⓓ No inventário extrajudicial, é facultada às partes interessadas a assistência por advogado ou por defensor público.
- Ⓔ O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de seis meses, a contar da abertura da sucessão.

Questão 75

Com base na Lei n.º 8.009/1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, bem como no entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A O conceito de impenhorabilidade do bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.
- B O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, compreendendo a impenhorabilidade o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os veículos de transporte, objetos de arte e adornos suntuosos.
- C A impenhorabilidade do bem de família é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal ou previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, inclusive para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- D A impenhorabilidade do bem de família é oponível na execução fiscal para a cobrança de impostos, predial ou territorial, e de taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.
- E A oponibilidade da penhora do bem de família do fiador só é válida em contrato de locação de imóvel residencial, conforme entendimento dos tribunais superiores.

DIREITO PENAL**Questão 76**

Para a configuração dos crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998 (lavagem de dinheiro), exige-se que o agente

- A que tenha praticado o crime antecedente e o que tenha praticado a conduta relativa à lavagem de dinheiro sejam pessoas distintas.
- B tenha ciência da origem ilícita dos bens ou valores e existam indícios suficientes da prática do crime antecedente que, se for considerado atípico, impede a condenação pela prática do crime de lavagem de dinheiro.
- C tenha praticado alguma das condutas típicas previstas na lei, ainda que não tenha conhecimento da natureza ilícita do crime antecedente.
- D converta o ativo ilícito em ativo lícito, necessariamente.
- E tenha ciência da origem ilícita dos bens ou valores e tenha sido condenado no julgamento do crime antecedente.

Questão 77

Assinale a opção correta a respeito da substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, prevista no artigo 43 e seguintes do Código Penal (CP).

- A Caso o agente tenha sido condenado a pena privativa de liberdade igual a um ano e preencha os requisitos necessários para a substituição, a referida pena pode ser substituída por pena restritiva de direitos cumulada com a de multa.
- B Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução deverá converter a pena restritiva de direito, em razão da impossibilidade de cumulação das referidas penas.
- C Não se admite tal substituição caso o réu seja reincidente, independentemente de ser a reincidência específica ou genérica.
- D Admite-se a substituição de qualquer pena inferior a quatro anos por pena de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- E Não cabe tal substituição caso o agente tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa.

Questão 78

Paulo, com o intuito de obter vantagem, utilizou-se de certidão negativa de débito falsa para fins de averbação de obra de construção civil junto ao cartório de registro de imóveis.

Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, a conduta praticada por Paulo caracteriza o crime de

- A falsificação de papéis públicos.
- B falsidade ideológica.
- C falsidade material de atestado ou certidão.
- D falsificação de documento público.
- E falsificação de documento particular.

Questão 79

Assinale a opção em que é corretamente citado tipo penal, previsto no CP, que se procede mediante ação penal privada.

- A crime de violação do segredo profissional
- B crime de invasão de dispositivo informático
- C dano simples
- D estelionato na forma de defraudação de penhor
- E crime de alteração de limites

Questão 80

Ao emitir uma comunicação ao público, Bruno veiculou afirmação falsa sobre a legalidade de um loteamento de solo para fins urbanos.

Nessa situação, a conduta de Bruno configura crime

- A de fraude no comércio, previsto no Código Penal.
- B de falsidade ideológica, previsto no Código Penal.
- C de estelionato, previsto no Código Penal.
- D contra as relações de consumo, previsto na Lei n.º 8.078/1990.
- E contra a administração pública, previsto na Lei n.º 6.766/1979.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 81**

Assinale a opção correta em relação aos princípios do processo penal.

- A Embora o princípio do duplo grau de jurisdição decorra de previsão expressa na CF, ele não dispensa a parte de atender aos requisitos legais aplicáveis às suas manifestações processuais.
- B Sem embargo da aplicabilidade do princípio da vedação de provas ilícitas, é possível aproveitar certas provas produzidas com inobservância de regras processuais não consideradas essenciais.
- C O princípio da verdade real implica que uma condenação criminal somente será possível quando se obtiver certeza inafastável da verdade objetiva dos fatos em torno da imputação.
- D O princípio da isonomia processual exige que as partes, no processo penal, recebam tratamento rigorosamente equânime na lei e na prática processual, a fim de não se produzirem injustiças.
- E Por força do princípio do contraditório, o investigado ou réu tem direito a participar da formação do convencimento judicial, de modo que ele deve ser intimado antes de qualquer decisão que possa afetar sua situação jurídica.

Questão 82

No que tange às medidas assecuratórias, assinale a opção correta com base no Código de Processo Penal e na jurisprudência do STJ.

- Ⓐ É juridicamente possível o sequestro de bens de pessoa jurídica, ainda que ela não seja alvo da investigação criminal.
- Ⓑ A absolvição do réu não somente gera a revogação das medidas assecuratórias como também impede que a vítima obtenha reparação por outra via.
- Ⓒ O sequestro de bens somente cabe por ocasião do oferecimento da denúncia ou queixa.
- Ⓓ Nenhuma medida assecuratória pode ser decretada de ofício pelo juiz ou tribunal competente.
- Ⓔ A finalidade do sequestro ou arresto de bens no processo penal é, estritamente, a de bloquear instrumentos da criminalidade de natureza econômica, a fim de se evitarem novos agravos à ordem pública.

Questão 83

No que diz respeito aos sujeitos processuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ No primeiro grau do Poder Judiciário, a jurisdição penal é invariavelmente exercida de forma monocrática.
- Ⓑ Devido à incumbência do Ministério Público de impulsionar a persecução penal, não cabe a ele recorrer em favor do réu.
- Ⓒ Se Fernando, membro do Ministério Público, substituir ocasionalmente seu colega Mário na lotação deste, devido a férias do segundo, o primeiro poderá pedir a absolvição de um réu em ação penal com denúncia que Mário oferecera, ainda que este houvesse deixado claro seu entendimento pela condenação.
- Ⓓ Cabe ao juiz declarar a norma aplicável em todas as ações penais, acerca do conteúdo da imputação, visto que é vedada a autocomposição entre as partes no processo penal.
- Ⓔ No caso de não haver promotor de justiça com lotação para atuar em determinada comarca, deve o juiz, primeiramente, solicitar designação de um ao procurador-geral de justiça e, caso não tenha sucesso, deve nomear um bacharel em direito para atuar como promotor *ad hoc*.

Questão 84

Mariana, promotora de justiça, acompanhou a investigação de determinado crime e, com base nela, ofereceu denúncia contra Pedro. Este, por meio de sua advogada Joana, impetrou *habeas corpus* (HC), alegando nulidade da denúncia, por impedimento de Mariana, devido ao acompanhamento da investigação.

Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do STJ,

- Ⓐ caberia, além das repercussões processuais, apuração de infração disciplinar por Mariana.
- Ⓑ o HC não seria necessário porque o próprio juiz competente para examinar a denúncia deveria rejeitá-la.
- Ⓒ o tribunal competente deveria conceder o HC, devido ao impedimento de Mariana.
- Ⓓ Mariana poderia oferecer a denúncia, mas deveria se afastar do processo antes da fase de alegações finais.
- Ⓔ o fato de Mariana haver participado da investigação não a impede de oferecer denúncia.

Questão 85

Assinale a opção correta à luz do disposto na Lei n.º 13.964/2019 e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ Em cada tribunal, um dos membros deve exercer a função de juiz de garantias.
- Ⓑ Mesmo se o juiz verificar que determinada linha de investigação na fase pré-processual seja incapaz de elucidar o delito, não lhe cabe redefinir a estratégia de investigação do Ministério Público.
- Ⓒ Para uma maior amplitude de defesa, normas mais benéficas da Lei n.º 13.964/2019 podem ser combinadas com normas de outras leis que ela haja revogado.
- Ⓓ De acordo com o entendimento do STF, o Ministério Público somente pode propor acordo de não persecução penal para crimes objeto de ação penal iniciada após o advento da Lei n.º 13.964/2019.
- Ⓔ Conforme entendimento do STJ, se, em audiência de custódia, o juiz constatar presença dos requisitos da prisão preventiva, ele poderá decretá-la mesmo sem requerimento do Ministério Público, a fim de preservar a ordem pública e a eficácia da lei penal.

DIREITO EMPRESARIAL**Questão 86**

A respeito do direito de empresa, assinale a opção correta.

- Ⓐ O registro na junta comercial é requisito indispensável para a caracterização da figura do empresário individual.
- Ⓑ O Código Civil não admite ao incapaz iniciar o exercício de atividade empresarial, mas apenas dar continuidade a uma atividade que já tenha sido iniciada.
- Ⓒ Associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional não se submete ao regime jurídico empresarial.
- Ⓓ O empresário casado só poderá alienar, sem necessidade de outorga conjugal, os imóveis que integrem o patrimônio da empresa se o regime do casamento for o de separação total de bens.
- Ⓔ O título de doação, herança ou legado de bens do empresário que estejam clausulados de inalienabilidade não é passível de averbação no Registro Público de Empresas Mercantis.

Questão 87

A respeito das sociedades por ações, julgue os seguintes itens.

- I A ação de responsabilidade contra controlador ou sociedade controladora depende de prévia deliberação assemblear.
- II No caso de aumento de capital, o preço de emissão das ações sem valor nominal será fixado pela assembleia geral ou pelo conselho de administração.
- III Os administradores de sociedades anônimas não podem votar para aprovação ou rejeição de suas próprias contas, ainda que por meio de pessoa interposta.
- IV A constituição de companhia ou sociedade anônima pode ocorrer por subscrição pública ou particular, devendo ser realizada, nesse último caso, por deliberação dos subscritores em assembleia-geral.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 88

Em relação ao direito falimentar, assinale a opção correta.

- Ⓐ A falência do locador resolve o contrato de locação, ao passo que, na falência do locatário, o administrador judicial possui a prerrogativa de denunciar o contrato a qualquer tempo.
- Ⓑ A fazenda pública é legitimada para requerer a falência do devedor empresário.
- Ⓒ O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo falimentar, implicando a suspensão desse último.
- Ⓓ As despesas com arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência são consideradas, para fins de classificação no processo falimentar, créditos subordinados.
- Ⓔ A decretação da falência de sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis impõe a estes os mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida.

Questão 89

Julgue os itens a seguir, relativos aos contratos empresariais, conforme a legislação de regência e jurisprudência dos tribunais superiores.

- I O contrato de representação comercial caracteriza-se como empresarial, e a relação entre representante comercial autônomo e a sociedade representada não se submete às regras do Código de Defesa do Consumidor.
- II É devida devolução em dobro do valor residual garantido (VRG) em caso de reintegração de posse do bem objeto de arrendamento mercantil celebrado entre empresários.
- III No âmbito dos contratos de comissão, admite-se, desde que prevista em caráter integral, a cláusula *del credere*, mediante a qual o comissário responderá solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 90

Assinale a opção correta a respeito do direito societário.

- Ⓐ Em se tratando de duas sociedades que integram mesmo grupo econômico, a solidariedade passiva pelo cumprimento das obrigações é presumida.
- Ⓑ No caso de sociedade em nome coletivo, o credor particular de sócio não pode, antes da dissolução da sociedade, pretender a liquidação da quota do devedor.
- Ⓒ A desconconsideração da personalidade jurídica de sociedades integrantes de mesmo grupo societário, no caso de comprovação de confusão patrimonial ou de desvio de finalidade, dispensa o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.
- Ⓓ Na liquidação da sociedade, uma vez observados os direitos dos credores preferenciais, o liquidante pagará as dívidas sociais proporcionalmente, com preferência daquelas que estiverem vencidas.
- Ⓔ Nas sociedades em comandita simples, a diminuição do capital social por perdas supervenientes não impede ao comanditário o recebimento de lucros.

Questão 91

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações — Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) —, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, está condicionado à declaração de anuência do credor.
- Ⓑ Para fins de participação em processo licitatório, as ME e EPP estão dispensadas de apresentar documentação relativa à regularidade fiscal.
- Ⓒ A inobservância do critério de dupla visita, bem como as situações de fraude e resistência, no âmbito da fiscalização da ME e da EPP, implica nulidade do auto de infração lavrado.
- Ⓓ As ME e EPP não podem realizar negócios de compra e venda de bens e serviços por meio de sociedade de propósito específico.
- Ⓔ É possível aos fundos de investimentos aportarem capital como investidores-anjos em ME e EPP.

Questão 92

A respeito do registro público de empresas mercantis, julgue os itens que se seguem.

- I A sociedade empresária estrangeira autorizada a funcionar no Brasil pode, mediante autorização do governo federal, nacionalizar-se, transferindo sua sede para este país.
- II As informações relativas ao enquadramento, desenquadramento e reenquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte são consideradas meramente cadastrais e deverão ser apresentadas a registro como medida administrativa.
- III A autenticação dos instrumentos de escrituração empresarial pela junta comercial a responsabiliza pelos fatos e atos neles contidos, sendo de competência dos órgãos de registro a análise das formalidades intrínsecas neles veiculadas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 93

No que concerne ao processo de recuperação judicial de empresas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O pedido de recuperação judicial formalizado por microempresa e empresa de pequeno porte prescinde da convocação de assembleia-geral de credores para fins de deliberação.
- Ⓑ O inadimplemento de obrigação não sujeita à recuperação judicial é inapto a ensejar a decretação da falência.
- Ⓒ Em atenção ao princípio da preservação da empresa, o deferimento do processamento da recuperação judicial implica o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos.
- Ⓓ O princípio da *par condicio creditorum* não se aplica à recuperação judicial.
- Ⓔ Sujeitam-se à recuperação judicial os créditos existentes na data do pedido, exceto se ainda não vencidos.

Questão 94

Em relação aos bens imateriais utilizados na atividade empresarial, assinale a opção correta.

- A** A instalação física de um novo estabelecimento em lugar antes ocupado por outro, se do mesmo ramo de atividade, implica responsabilidade por sucessão.
- B** No caso de atividade empresarial estabelecida apenas virtualmente, o endereço informado para fins de registro deve ser o do sócio controlador da sociedade empresária.
- C** O nome empresarial é passível de alienação.
- D** Os acordos e negócios de abstenção de uso de marcas entre sociedades empresárias não são oponíveis em face do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
- E** Segundo entendimento do STJ, o aviamento integra o conceito de fundo de comércio para fins de cálculo do valor do estabelecimento empresarial, exceto se a empresa estiver temporariamente inativa.

Questão 95

O ato unilateral que, realizado no próprio título, opera a transferência dos títulos à ordem é denominado

- A** aceite.
- B** fiança.
- C** endosso.
- D** cessão civil de crédito.
- E** aval.

CONHECIMENTOS GERAIS**Questão 96**

A última eleição para a presidência dos Estados Unidos da América (EUA) ocorreu em novembro de 2024. Por ocasião do pleito, sobretudo na apuração dos votos, ganhou destaque na mídia internacional o sistema de votação utilizado no país. Na eleição presidencial estadunidense,

- A** delegados dos estados formam o colégio eleitoral, que escolhe o presidente.
- B** o voto é proporcional, sendo vitorioso necessariamente quem obtiver mais votos populares.
- C** o voto é obrigatório, pois, tal como o Brasil, os EUA são uma confederação.
- D** a vitória do candidato resulta do voto direto de todos os cidadãos aptos a votar.
- E** o número de delegados do colégio eleitoral é o mesmo para todos os estados, independentemente do quantitativo de eleitores em cada estado.

Questão 97

O Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) é órgão dedicado a examinar questões que envolvem a segurança internacional e a paz, tal como explicitado na Carta que criou a organização. Relativamente ao CS da ONU, assinale a opção correta.

- A** A República Popular da China integra o CS desde a criação da ONU.
- B** O direito de veto está restrito aos cinco membros permanentes do CS.
- C** Tal como a Assembleia Geral, o CS é formado por todos os Estados integrantes da ONU.
- D** O Secretário-Geral da ONU é escolhido entre os Estados permanentes do CS.
- E** O CS é constituído tão somente pelos países vitoriosos na Segunda Guerra Mundial.

Questão 98

A questão ambiental entrou definitivamente na agenda internacional e hoje envolve governos, organizações não governamentais, a comunidade científica e a população em geral. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- A** Há consenso mundial acerca da necessidade de se abandonar definitivamente o uso de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão.
- B** Ainda não há organismo multilateral que se envolva com a questão do meio ambiente, sobretudo no que diz respeito ao clima e às migrações forçadas de milhões de pessoas.
- C** Em razão do aumento do desmatamento de suas florestas, o Brasil não tem assumido papel de destaque nas discussões ambientais que se disseminam pelo planeta.
- D** Países altamente industrializados, como Estados Unidos da América, China e países que compõem a União Europeia, reduziram fortemente a emissão de gases poluentes na atmosfera na última década.
- E** A Organização das Nações Unidas (ONU) tem organizado conferências para debater os problemas gerados pelo aquecimento global e os impactos das mudanças climáticas.

Questão 99

Em relação ao Poder Legislativo brasileiro e ao mecanismo de escolha dos representantes do Senado, assinale a opção correta.

- A** O número de senadores por estado é definido pelo número de habitantes desse ente federativo.
- B** Os senadores são eleitos pelo voto majoritário, ou seja, vence a eleição quem tem mais voto em cada estado.
- C** A eleição dos senadores ocorre no período de oito em oito anos, sempre acompanhando as eleições presidenciais.
- D** Os senadores são representantes do povo, e os deputados, representantes dos estados.
- E** O Senado brasileiro jamais deixou de existir em toda a história política do Brasil.

Questão 100

O século XXI começou tal como terminara o anterior: guerras em profusão nas mais diversas regiões do planeta. Relativamente ao cenário de guerra que caracteriza o mundo atual, assinale a opção correta.

- A** No Leste europeu, a invasão militar da Rússia na Ucrânia gera inquietação e instabilidade na geopolítica mundial.
- B** A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) está em flagrante retração e não busca expandir-se.
- C** O Pacto de Varsóvia, de oposição à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), expande-se para a Europa Oriental, sob a liderança do presidente da Rússia.
- D** Em contraste com a Europa, inexistem conflitos armados no continente africano.
- E** Na América do Sul, Argentina e Venezuela lutam pelo domínio de Misiones.